

O campo brasileiro

A emergência de um novo padrão econômico e social¹

Danielle Alencar Parente Torres²
Dejoel de Barros Lima³
Eliziário Noé Boeira Toledo⁴
Maria Quitéria dos Santos Marcelino⁵
Pedro Abel Vieira Junior⁶
Renato Cruz Silva⁷
Scheila Maria Correa Fogaça⁸
Zander Navarro⁹

Resumo – O artigo analisa o livro *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*, lançado em 2014, obra de abrangente esforço de interpretação do desenvolvimento da agropecuária brasileira contemporânea. São discutidos sete focos identificados como principais: a existência, de fato, de um novo modo de acumulação vigente no setor; o determinante financeiro que passou a ser imperativo; o significado atual do termo “inovações”; os estados atual e futuro dos pequenos produtores; o papel das políticas governamentais sob o novo padrão; as chances dos pequenos produtores diante do novo contexto de intensificação produtiva; e, finalmente, o artigo discute as tendências demográficas em curso. Conclui-se que o livro, de fato, representa uma vasta e nova agenda de pesquisas destinada a estimular novos estudos sobre o mundo rural no Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento agrário, Brasil rural, novo padrão agrário e agrícola.

The Brazilian countryside: the emergence of a new economic and social standard

Abstract – The article analyses the book *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Published in 2014, it was a vast effort aimed at interpreting the development of Brazilian agriculture in the current period. Seven themes that are identified as the main ones are here discussed: the actual existence of a new mode of accumulation on course in the sector; the new financial imperative; the meaning of “innovations”; the role of government policies under the new agricultural pattern; the chances of small farmers in face of the new context of productive intensification and, finally, demographic tendencies, which are also dis-

¹ Original recebido em 21/9/2015 e aprovado em 9/10/2015.

² Economista, doutora em Economia Agrícola. E-mail: danielle.torres@embrapa.br

³ Engenheiro-agrônomo, doutor em Desenvolvimento Rural. E-mail: dejoel.lima@embrapa.br

⁴ Sociólogo, doutorando em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: enbtoledo@gmail.com

⁵ Doutora em Psicologia Social. E-mail: quiteria.marcelino@embrapa.br

⁶ Engenheiro-agrônomo, doutor em Agronomia. E-mail: pedroabelvieira@gmail.com

⁷ Jornalista, mestre em Comunicação. E-mail: renato.silva@embrapa.br

⁸ Socióloga, mestre em Ciências Sociais. E-mail: scheila.fogaca@embrapa.br

⁹ Engenheiro-agrônomo, doutor em Sociologia. E-mail: zander.Navarro@embrapa.br

cussed. It is concluded that, in fact, the book represents a broad and new research agenda destined to stimulate renewed studies about the rural world in Brazil.

Keywords: agrarian development, rural Brazil, new agrarian and agricultural pattern.

Introdução

Em 2013, esta revista publicou o artigo *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro* (BUAINAIN et al., 2013), no qual se propôs a constituição recente de um inédito padrão agrário e agrícola que estaria ativando um novo modo de acumulação condutor das atividades produtivas agropecuárias no País. Bem recebido, o texto foi, contudo, alvo de críticas quanto à rarefeita comprovação empírica das teses e, por isso, os autores do artigo coordenaram ambicioso projeto de pesquisa que resultou em extenso livro, publicado em julho de 2014 (BUAINAIN et al., 2014a).

Dadas a magnitude e a riqueza analítica do livro em questão, este artigo não poderá se concentrar em particularidades argumentativas nem factuais¹⁰ e é formado de sete seções, além desta introdução. Primeiramente, o que se discute é se teria existido, de fato, um “novo padrão agrário e agrícola”, pois essa é a premissa fundadora de todo o esforço realizado. Ainda que estudos de periodização da história rural brasileira praticamente inexistam, os autores sugerem ocorrer elementos empíricos comprobatórios para afirmar a possível existência dessa nova fase do desenvolvimento agrário, em face de alguns processos econômicos e sociais que são de imensa importância, não apenas analítica, pois também inéditos em nossa história rural. Assinalar e interpretar esse novo período é relevante porque

[...] o recorte do tempo em períodos é necessário à história (...) essa divisão não é um mero fato cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, de ponto de viragem ou até mesmo de retratação em relação à sociedade e aos valores do período precedente (LE GOFF, 2015, p. 12).

A segunda seção discute a presença do capital financeiro como o primeiro dos fatores decisivos que impulsionam a intensificação tecnológica da agropecuária, além de ser o imperativo racionalizador que vem dominando, em escala crescente, a lógica organizacional da produção em cadeias produtivas. A outra via de condução das transformações em curso é discutida na terceira seção sob o termo “inovações”, que deixou seu significado exclusivamente agrarista do passado para se tornar muito mais amplo e complexo. A ação interdependente de tais processos, que articulam as manifestações do capital financeiro com as inovações, aprofunda o acirramento concorrencial nas regiões agrícolas que potencialmente produzem mais riqueza – ancorada em crescente produtividade total dos fatores.

Assim, outra faceta do “novo padrão” é a exacerbação dos processos de diferenciação social que vem apontando, agora com nitidez estatística e factual, uma atividade econômica que seleciona famílias rurais perdedoras e ganhadoras em meio às transformações em curso. Assim, a quarta seção sintetiza e analisa os capítulos do livro em que autores com orientação teórica distinta discutiram o lugar social dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico, popularizados no Brasil sob a designação de agricultura familiar. A quinta seção volta-se ao Estado e suas políticas e, contrariando a proposição original das sete teses de que a ação governamental poderia estar diminuindo, especialistas no tema sugerem a existência, de fato, de novos significados para a ação estatal, mas não necessariamente sua redução e, menos ainda, sua perda relativa de importância.

As duas seções finais se dedicam a temas específicos, decisivos na reconfiguração do de-

¹⁰ Outros materiais complementares que também poderão ser úteis, como leitura prolegômena, são a própria introdução do livro (NAVARRO et al., 2014, p. 35-75) e uma breve resenha preparada por um dos organizadores (NAVARRO, 2014).

envolvimento agrário brasileiro: a sexta seção se dedica ao tema da assistência técnica e sua difusão. A inacessibilidade à tecnologia moderna foi apontada em diversos capítulos do livro como uma das verificações empíricas mais importantes que atualmente caracterizam o campo brasileiro, afirmando padrões de heterogeneidade estrutural que vêm encurralando os produtores, especialmente os médios e pequenos; a última seção organiza informações que discutem tendências demográficas, apuradas pelas Pnads ou via censos demográficos, e oferecem uma visão preocupante, pois apontam para o crescente esvaziamento das regiões rurais.

Oferecendo conhecimento relevante, em boa parte inédito, e seguindo uma lógica geral consistente, o livro representa, sobretudo, uma verdadeira agenda de pesquisa sobre os processos sociais rurais. Poderá, portanto, estimular as ciências sociais que se dedicam a esses campos disciplinares, viabilizando novos aprendizados que permitam interpretar mais corretamente o desenvolvimento agrário do Brasil.

Existe um “novo padrão agrário e agrícola”?

Delimitar as periodizações verificadas no desenvolvimento da agricultura brasileira é uma tarefa analítica desafiadora. Há uma vasta literatura que trata das repercussões socioeconômicas e culturais ocorridas nas regiões rurais no último meio século, especialmente aquelas associadas à expressão “modernização da agricultura”, cunhada para identificar a expansão produtiva verificada a partir da década de 1970. Desenvolve-se um conjunto de transformações nas regiões rurais a partir de meados da década de 1990, traduzido especialmente por seus efeitos no expressivo crescimento material e sua ancoragem financeira em curso naquelas de maior dinâmica agrícola. Indicaria isso uma nova lógica de acumulação?

O argumento chave de Buanain et al. (2013) realça o caráter preponderante do capital “em todas as suas modalidades” como o elemento

animador do desenvolvimento agrícola e agrário, o que relativiza outros fatores de produção, como a terra e o trabalho. No livro, Buainain et al. (2014b) ampliam o debate a respeito da financeirização, processo que vem elevando os custos da produção e os riscos dos agricultores ao radicalizar a mercantilização da produção e exigir sistemas qualificados de gestão, como os “condicionantes do novo padrão de acumulação” da agricultura brasileira. Esses fenômenos ocorrem em uma conjuntura de exacerbação tecnológica schumpeteriana, impondo crescente tensionamento concorrencial entre os agentes econômicos e, também, ampliando os ganhos de escala, que aprofundam ainda mais a desigualdade geral entre os grupos de produtores. Desse modo, os agricultores somente serão capazes de manter-se na atividade se sua produção for convergente com as demandas do mercado. Ou seja, necessitam transformar as formas de produzir excedentes, a gestão do estabelecimento e a integração aos processos de acumulação impulsionados pelas cadeias produtivas. Em síntese, estaria em curso o aprofundamento da “mercantilização da sobrevivência”, de acordo com a descrição destacada por Bernstein (2011). Devem igualmente atender às crescentes demandas sanitárias e ambientais exigidas pelos novos consumidores em busca de alimentos seguros e sustentáveis. A agropecuária, ao ser pressionada pelo mercado transforma-se cada vez mais em atividade propriamente econômica, em seu sentido mais rígido – dessa forma, reduzem-se as margens e estreitam-se as possibilidades de manobra, de sustentabilidade e de sobrevivência dos estabelecimentos de menor porte econômico.

No livro, as contribuições de Balestro e Lourenço (2014) oferecem um foco pouco explorado pela literatura, ao tratar dos aspectos teóricos e empíricos da extensão e do papel determinante dos agentes financeiros na oferta de ativos. Essa é uma realidade que está ampliando o fenômeno geral da financeirização das atividades agropecuárias brasileiras. Destacam ainda o crescente estoque de ativos financeiros não bancários *vis-à-vis* o estoque total de capital financeiro – estimam que passou de 4% em 1991 para 40% em 2010. A ausência de regulação dos

investimentos não bancários no setor agropecuário poderá produzir assimetria ainda maior na distribuição dos recursos nas cadeias geradoras de valor, com repercussões negativas nas relações de trabalho e no uso dos recursos naturais. Esse aspecto tem relação direta com o papel regulador do Estado, que tem sido parcialmente enfraquecido, pois o poder dos agentes privados cria sua própria regulação em detrimento das macropolíticas sociais e industriais.

O artigo de Zylbersztajn (2014), por sua vez, analisa a coordenação e a nova governança em formação, centrada na compreensão sobre os sistemas agroindustriais (SAGs), que articulam a interdependência entre a agricultura e os demais setores da sociedade. A análise ilustra empiricamente a visão sobre o novo padrão da agropecuária brasileira, identificando as mudanças observadas ao longo do tempo a partir dos SAGs estruturados. Desse modo, as inovações são importantes canais de apreciação monetária, e, neles, os fluxos de informações têm relevância central.

Já o artigo de Saes e Silveira (2014) sublinha as principais tendências das atuais cadeias agrícolas. O texto explicita as transformações institucionais que fundamentaram o novo padrão agrário e agrícola, por meio do acirramento concorrencial, decorrente de mercados assimétricos que, por isso, tornaram-se concentrados. O texto destaca o papel desenvolvido pelas empresas fornecedoras de insumos e pelas *tradings* na produção e comercialização de produtos agrícolas, e registra também o grau de externalização e monetarização das atividades agropecuárias por meio do custeio das safras, denominadas *barter*, transformadas em forte elemento de acumulação privada de capital. Os autores chamam a atenção também para a criação de uma nova função para as organizações dos agricultores, que poderiam reduzir as assimetrias e conflitos distributivos ao se aliar às organizações dos consumidores para estabelecer relações cooperativas. Além disso, o Estado deveria ter um papel mais atuante na defesa e sustentação das políticas de proteção e renda aos agricultores. Para tanto, em complemento analítico relevante, o trabalho de Souza

Filho (2014) atenta para o funcionamento dos mercados agropecuários em cadeias agroindustriais, notadamente mercados imperfeitos, assimétricos e centralizados, em que os agricultores têm pouco poder de barganha.

Por fim, o artigo de Oliveira (2014) apresenta uma visão realista da situação de infraestrutura que se reflete nas transações comerciais nacionais e internacionais do mercado agropecuário. Sugere que as debilidades intensificam a seletividade entre os agricultores, amparando a materialização da “tese da argentinização” em curso nas regiões rurais, por meio da diferenciação social e posterior exclusão dos mercados dos estabelecimentos de menor porte econômico.

Os seis artigos citados, contidos na Parte 2 (BUAINAIN et al., 2014a, p. 209-369), ampliam os argumentos sobre a caracterização da nova fase de desenvolvimento agrário e exploram as potencialidades e limitações teóricas e analíticas. Abre-se assim uma oportunidade para construir uma consistente agenda de pesquisas para as ciências sociais e agrárias – a intensa monetarização da vida social, a crescente intensificação tecnológica e o acirramento concorrencial indicam os traços comuns que ora lapidam o novo período de acumulação nas regiões rurais brasileiras.

O determinante financeiro

Um dos argumentos centrais para insistir sobre a vigência de um novo padrão agrário e agrícola – enquanto um distinto modo de acumulação – diz respeito ao agora amplo e aprofundado papel determinante do capital financeiro, especialmente nas regiões rurais onde prevalecem cultivos de maior dinamismo produtivo. Essa mudança, usualmente englobada sob a expressão “financeirização da sociedade”, vai se tornando corriqueira, também aplicada a outros setores e atividades econômicas e, até mesmo, igualmente utilizada para explicar o período contemporâneo e suas facetas civilizatórias mais gerais. Trata-se de uma noção ainda em construção conceitual, mas se refere a um fenômeno histórico observado no último meio século – a

passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro. O que une tais estudos é uma visão comum sobre os determinantes financeiros, que iriam

[...] além de seu papel tradicional como provedor de capital para a economia produtiva. Em seu lugar, os estudos sobre a financeirização interrogam se um espaço crescentemente autônomo das finanças globais altera a lógica subjacente à economia industrial e o funcionamento mais profundo da sociedade democrática. (ZWAN, 2014, p. 99-100).

O capitalismo financeiro especifica uma forma de capitalismo, sob o qual as estruturas financeiras se tornam a função dominante na economia e estendem sua influência e determinação para outras esferas societárias, como a social e a política. O termo financeirização estaria se referindo à rede de processos inter-relacionados, incluindo os aspectos culturais e simbólicos, além dos econômicos, que gradualmente vão reconfigurando as sociedades modernas. Extrapola o exclusivamente monetário, pois adentra o plano dos comportamentos sociais e das mentalidades coletivas.

Ilustrando esse emergente padrão de acumulação, considere a balança comercial da agropecuária de alguns países exportadores e alguns importadores, conforme os dados da Organização Mundial do Comércio: em 1990, países tradicionalmente exportadores de mercadorias agrícolas obtiveram saldos positivos: Estados Unidos, US\$ 19 bilhões; Brasil, US\$ 7 bilhões; e Argentina, US\$ 7 bilhões. Naquele mesmo ano, foram deficitárias as balanças de alguns tradicionais importadores de alimentos: Japão, US\$ 47 bilhões; Coreia do Sul, US\$ 7 bilhões; e União Europeia, US\$ 34 bilhões. Um quarto de século depois, em 2013, os números se tornaram muito mais significativos: do lado dos exportadores, o Brasil explodiu como principal ofertante, e o saldo de sua balança agrícola chegou a US\$ 76 bilhões – o saldo da Argentina foi de US\$ 39 bilhões e o dos Estados Unidos, de US\$ 29 bilhões. Enquanto isso, entre os importadores, o Japão ampliou seu déficit em relação à importação de alimentos, US\$ 75 bilhões, e duas novas regiões se tornaram

fortes importadoras: o Oriente Médio, com déficit de US\$ 79 bilhões, e a China, com o maior déficit: US\$ 95 bilhões.

São números que, entre outros, formam o pano de fundo empírico do comentário sobre a produção de riqueza sob um novo modo de acumulação que vem se instalando nas regiões rurais – a máquina de produção de riqueza, crescentemente dominada por determinantes financeiros e atores urbanos privados, incluindo também capitais globais de investidores. No livro ora analisado, tais aspectos são discutidos sob diversos focos iluminadores, especialmente na Parte 2 (BUAINAIN et al., 2014a, p. 209-369), composta por seis capítulos. Os autores dessa parte, com variadas ênfases de aceitação analítica, apontam a lenta constituição, especialmente na década de 1990, de uma nova institucionalidade, necessária para dar concretude ao novo padrão, enquanto se desenvolvem condicionantes inéditos na história rural brasileira. Entre estes últimos, estão a formação tornada definitiva de um contexto que acirra a concorrência no funcionamento dos mercados; a emergência de novos regramentos regulatórios, em contraposição ao ambiente liberalizante desenvolvido naquela década citada; as crescentes exigências mandatórias em relação à sanidade e à segurança dos alimentos; e os novos preceitos imperativos decorrentes de aspectos ambientais.

A financeirização não seria mais do que “a radicalização do processo de mercantilização da produção”, incluindo a cadeia agroalimentar e os agentes privados a elas relacionados, alguns remotos, como os fundos de investidores de outros países que passaram a aplicar em atividades agropecuárias. Pois

[...] a origem desse grande poder das finanças passa pelo progressivo deslocamento de um sistema de financiamento baseado em bancos [como existiu no passado] para um sistema baseado no mercado de capitais (BALESTRO; LOURENÇO, 2014, p. 246)

na prática maximizando valor aos acionistas, quase sempre agrupados em investidores institucionais.

O condutor principal na vida da produção: as inovações

Na discussão sobre o novo padrão, o tema “inovações” na agricultura brasileira mereceu destaque especial no livro, congregando artigos que, ao discutirem a trajetória tecnológica, convergem no tratamento histórico dos fatos e se complementam em suas respectivas interpretações. Os artigos de Silveira (2014) e Vieira Filho (2014) tomam essa trajetória em meio século, e suas análises refletem a transição de uma agricultura estagnada e primitiva, na década de 1960, para uma agricultura dinâmica típica da atualidade, com taxas crescentes de produtividade, que permitiram que o Brasil passasse de importador a exportador de alimentos. Ambos enfatizam o papel crucial do sistema de pesquisa agrícola na alavancagem do setor, via a incorporação da inovação tecnológica. Vieira Filho (2014) associa à pesquisa o papel desempenhado pela extensão rural e pelo crédito rural no processo de modernização da agricultura. Já Silveira (2014) traz na sua interpretação uma teoria econômica da inovação, na qual se estuda o fomento à probabilidade de maior integração das tecnologias. No entanto, o processo de inovação tecnológica não se deu sob distribuição uniforme – no tempo, no espaço nem no âmbito das cadeias produtivas. O complexo carne-grãos, ressaltado por Silveira (2014), ilustra a perspectiva de diferenciação entre produtores e regiões, criando heterogeneidade produtiva, faceta igualmente analisada por Vieira Filho (2014).

Considerando a

[...] sofisticação do mercado interno, a diversificação do padrão alimentar, o adensamento das cadeias globais de alimentação e os novos padrões de demanda de um mundo que envelhece rapidamente (SILVEIRA, 2014, p. 391),

esse autor também põe em xeque nossa capacidade de resposta sobre a viabilidade ou não de manter a inserção da agricultura brasileira no comércio mundial. No entanto, aponta os fatores que podem contribuir para o debate: a necessidade de mão de obra qualificada para atender às demandas do agronegócio, a redefinição

dos processos de divisão público-privada para o sistema de pesquisa agrícola, a manutenção do padrão tecnológico vigente, que exige maior atenção do produtor rural, e a necessidade de introduzir sistemas de informação e controle de processos. Como pano de fundo, está a crescente escassez do fator trabalho, que provoca mudanças estruturais inéditas na configuração produtiva da agropecuária.

O papel dos agentes privados na mudança do agronegócio brasileiro, caracterizado tanto por inovações de natureza tecnológica quanto por aquelas dirigidas à gestão, é abordado por Galvão (2014). Embora o autor reconheça a existência de outras vias virtuosas, sejam as de ocorrência exclusiva da esfera estatal, sejam outras iniciativas em corresponsabilidade com setores sociais, o protagonismo da iniciativa privada tem sido fundamental para conferir maior competitividade aos produtos e bons mecanismos de gestão de riscos, o que incentivou o progresso do agronegócio nas últimas décadas. Esse papel é fortalecido na medida em que ocorrem as inúmeras fusões e aquisições no agronegócio brasileiro, sobretudo pela verticalização “para cima” das multinacionais esmagadoras de grãos e pela transformação das corporações de agroquímicos em indústrias de maior abrangência no desenvolvimento de produtos.

Um dos pilares da transformação tecnológica e produtiva da agricultura brasileira, a pesquisa é tratada com especificidade por Salles-Filho e Bin (2014) a partir de uma questão-chave: o que está mudando na pesquisa agropecuária, como ela está e para onde caminha? Inicialmente, os autores corroboram os demais autores ao refletirem sobre a trajetória tecnológica da agricultura brasileira nos últimos 50 anos. É o “*crowding-out* às avessas”, um deslocamento do protagonismo da pesquisa e desenvolvimento pelas organizações públicas de pesquisa (OPPs) para as empresas privadas, sobretudo na área biológica (genética vegetal e animal). Nesse ponto, são argumentos que convergem com as observações de Galvão (2014), pois Salles-Filho e Bin (2014) demonstram existir a concen-

tração econômica na produção e comercialização de tecnologia agropecuária. Desenvolve-se, em consequência, a junção do poder de P&D com o poder de mercado, pois “ambos alimentam-se e ajudam a definir trajetórias tecnológicas” (SALLES-FILHO; BIN, 2014, p. 429). Ao adentrarem a análise do processo de “fazer pesquisa” e a perspectiva de uma agenda de pesquisa virar inovação, especificamente voltada para a sustentabilidade da pequena produção, os autores analisam a “crença” da pesquisa pública de que a tecnologia e a produtividade dos sistemas agrícolas são suficientes para erradicar a pobreza e a fome e melhorar as condições de vida da população rural – pela geração de bens públicos voltados à produção agrícola.

O desenvolvimento tecnológico da agricultura, assentado nas inovações biológicas, físico-químicas e mecânicas, e voltado para elevar a produtividade dos fatores de produção, inicialmente atuando fortemente dentro da porteira, desempenhou papel importante nas transformações do agrário brasileiro. Essas mudanças alcançaram patamares externos às propriedades – os sistemas agroindustriais, novos processos de governança e coordenação, numa esfera global, e, portanto, dimensões mais complexas e que exigem análises e interpretações teóricas variadas. Para dar conta dessa complexidade, segundo Salles-Filho e Bin (2014), faz-se necessário incorporar outras dimensões da inovação, as organizacionais, as institucionais e comerciais, criando assim ambientes propícios para que a inovação de realmente ocorra.

Um aspecto pouco presente nas abordagens são os impactos das inovações, sobretudo nos desdobramentos sociais, que podem ser negativos, desorganizadores e penosos. Como uma voz dissonante e observando a partir de outra ótica disciplinar, Martins (2014), ao tratar da dinâmica social que transforma o “mundo rural” e a agricultura, coloca o ser social presente nesse espaço social não exclusivamente como o *Homo economicus*, mas como um ser dotado de outras racionalidades. Comparando agentes econômicos da agricultura familiar com o grande

empresário rural, o autor destaca que a diferença não se dá pelo tamanho, mas pelos valores e pela lógica social, econômica e política que os norteiam, ilustrando com o papel que a terra pode desempenhar em cada caso específico.

Ganhadores e perdedores: há um lugar para a agricultura de menor porte econômico?

Talvez um dos temas mais discutidos na publicação ora analisada seja o “lugar social dos pequenos produtores” ante o processo expansivo da agropecuária nesses anos recentes. Em épocas de alto crescimento de um setor econômico, inevitavelmente se acirra a competição entre os agentes envolvidos e são intensificados os mecanismos de diferenciação social. Parte considerável dos capítulos do livro tratou especificamente do tema, enquanto outro grupo expressivo lidou com o assunto de forma indireta. Talvez seja oportuno destacar que muitos dos trabalhos foram de alguma forma motivados pela tese central do projeto. Ela indica a existência no período recente da combinação entre a crescente determinação financeira e a (igualmente crescente) complexidade organizacional decorrente de novos desafios operacionais das inovações introduzidas nas cadeias agroalimentares. O resultado prático dessa convergência vem sendo, de um lado, a concentração da produção e, de outro, o aprofundamento de mecanismos de seleção social, dessa forma encurralando principalmente os produtores de menor porte – os médios e os menores e mais pobres. Em consequência, a discussão das teses propostas inevitavelmente lidaria com “o destino dos pequenos produtores” nessa época histórica vivida pelo desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Já no capítulo que abre o livro, a ênfase do autor foi a persistência de padrões assimétricos na desigualdade de renda, inclusive porque

[...] não se corrigiu efetivamente o acesso aos meios de produção (inclusive à terra), nem se cuidou da qualificação da força de trabalho (BARROS, 2014, p. 110),

mas outros capítulos iniciais indiretamente também discutiram as chances econômicas dos pequenos produtores, seja por meio de sua integração aos mercados externos (CONTINI, 2014), seja quando ameaçados pelos riscos inerentes às atividades agropecuárias em face do “novo padrão” antes citado (BUAINAIN et al., 2014a) – o risco financeiro à frente dos outros. Cria-se, em consequência, um desafio inédito para os pequenos produtores, que é a necessidade de obter acesso aos mercados do dinheiro, o que permitirá sua modernização tecnológica e promoverá o aumento da produtividade, que, por sua vez, fará com que uma parte desse vasto conjunto de produtores tenha novas oportunidades de integração aos diversos mercados.

Os conjuntos iniciais de artigos do livro – comentados nas seções anteriores –, que lidam com a dimensão financeira do novo padrão de expansão instituída nos anos recentes, como os artigos agrupados na Parte 3, que discute o tema das “inovações”, também enfocam o vasto conjunto de pequenos produtores. No primeiro caso, para salientar que o crescimento da atividade nessa fase mais recente introduziu mecanismos financeiros inéditos, inclusive pelos agentes privados, que também passaram a intermediar o processo de modernização tecnológica. Sob essa tendência, as relações entre os agentes financeiros têm privilegiado os produtores de maior porte, favorecendo a agricultura de larga escala.

Introduzido o tema das “inovações”, torna-se ainda mais clara a magnitude das ameaças que atualmente pairam sobre esse grande conjunto de famílias rurais que comanda a produção agrícola de menor porte econômico. Os artigos, enquanto analisam especificamente outros temas, apontam algumas das implicações diretas para essas famílias. Se a estruturação de sofisticadas cadeias produtivas aumenta a produtividade geral, gerando mais valor,

[...] não se pode esperar que os ganhos de eficiência que conferem competitividade às cadeias agroindustriais sejam distribuídos entre os agentes (SOUZA FILHO, 2014, p. 320)

e

[...] de nada adianta desenvolver a melhor tecnologia se, na ponta da cadeia, o produtor agrícola não está apto a incorporar e a assimilar os novos conhecimentos (VIEIRA FILHO, 2014, p. 419).

Contudo, é nas partes 4, 5 e 7 do livro e parcialmente na Parte 6 que se discute, especificamente, as chances, sobretudo econômicas, dos pequenos produtores rurais brasileiros. A comparação das Pnads durante duas décadas, por exemplo, sugeriu claras tendências à redução das oportunidades de ocupação em praticamente todas as regiões rurais brasileiras (MAIA; SAKAMOTO, 2014).

Outros textos analisaram a persistência, ou não, de uma “questão agrária” no Brasil, o que é o mesmo que analisar se existiria atualmente, como no passado, uma “questão social” no campo e, assim, situações de pobreza rural que seriam de ampla magnitude ou, então, o rebaixamento dos salários rurais diante de uma oferta histórica inelástica daquele fator de produção. Reside aqui, inclusive, uma das maiores evidências empíricas comprobatórias da existência de um “novo padrão” ora vigente nas atividades agropecuárias, pois é um emergente período que inverteu aquela oferta de mão de obra que sempre imperou nas regiões rurais. Atualmente, a escassez é a marca do trabalho rural, o que diversos capítulos do livro apontam:

[...] as mudanças começaram a refletir-se nas condições e na dinâmica do mercado de trabalho, hoje marcado pela forte redução da população rural e pela redução da demanda de mão de obra permanente e temporária, pelo menos nos segmentos mais dinâmicos do agronegócio (GARCIA, 2014, p. 584).

Mas há também outro conjunto de artigos que analisa diretamente a situação atual e as tendências mais evidentes acerca das possibilidades futuras dos pequenos produtores. Em um deles, por exemplo, até mesmo a designação de “agricultura familiar” é problematizada (PEDROSO, 2014).

Por fim, três capítulos, especificamente, analisaram os estabelecimentos rurais de menor porte

econômico, na Parte 6 do livro. Dois deles discutem situações regionais, o primeiro no Nordeste rural e o segundo na região Amazônica. O terceiro discute o tema da sucessão familiar nas regiões de pequena produção. No primeiro capítulo, os autores segmentaram diferentemente os subgrupos de pequenos produtores, concluindo que

[...] dadas as condições sociais e edafoclimáticas da região semiárida do Nordeste, uma considerável parte dos pequenos estabelecimentos rurais ali situados é inviável à atividade agrícola (SILVA; COSTA, 2014, p. 949).

Enquanto isso, ao estudar o caso da Amazônia, os autores sugerem que

[...] a pequena produção deve ficar restrita às atividades intensivas em mão de obra (...) os projetos visando o aproveitamento dos recursos da natureza (...) exigem pesados investimentos governamentais (...) e resultam em baixa remuneração aos participantes (HOMMA et al., 2014, p. 1000),

embora diversos estudos comecem a demonstrar que a escassez de força de trabalho já afeta também os pequenos estabelecimentos. Como tem ocorrido também na região Amazônica uma visível tendência ao esvaziamento do campo, a primeira recomendação vem se tornando igualmente problemática de ser viabilizada.

O novo tempo da ação governamental

As políticas estatais são o tema da quinta tese, que sustenta que o papel do Estado mudou (ou deveria mudar), porque sua ação perdeu importância ou porque os desafios atuais são mais complexos. Assim, o Estado estaria saindo discretamente do setor agrícola. O primeiro capítulo da Parte 1 e os três capítulos da Parte 6 do livro enfocam essa discussão. O capítulo que abre o livro analisa as relações entre as políticas públicas e os setores agropecuário e industrial, permitindo ao leitor construir uma linha do tempo que compara as ações e os resultados. Barros (2014) argumenta que só é possível favorecer um setor em detrimento de

outro, e o setor agropecuário, apesar de contribuir com a produção de alimentos e com saldos comerciais positivos, tem sido, muitas vezes, o setor sacrificado. Sua interpretação admite supor não apenas que o governo vem diminuindo sua incidência decisória sobre a agropecuária, mas também que as políticas do setor, comparadas com as da indústria, igualmente demonstram uma ação crescentemente discreta do Estado.

A Parte 6 é dedicada às políticas, com ênfase na quinta tese, e o primeiro capítulo usa um recorte temporal, distribuindo a ação governamental ao longo do tempo. Seriam três os períodos de intervenção estatal (SANTANA et al., 2014). No primeiro, 1960–1989, a situação de escassez de alimentos em contextos de acelerada urbanização e aumento de renda resultou em inflação e crises de abastecimento. Para enfrentar esses desafios, duas foram as linhas fundamentais: aumentar a produtividade via mudanças de método de produção e uso de insumos modernos; e também enfrentar os problemas relacionados à infraestrutura e à comercialização de alimentos. Isso demandou forte intervenção do Estado, considerada uma “intervenção planejada”, que resultou em um aumento da produção agropecuária, embora aprofundando a desigualdade entre os produtores, já que os beneficiários das políticas foram os grandes e médios produtores. Mas no início da década de 1980 o dinamismo produtivo estancou e voltaram as crises de abastecimento, interrompendo aquela diretriz, substituída por um “modelo de intervenção conjuntural” que se caracterizou por intervenções meramente reativas aos problemas. Com o fracasso do Plano Cruzado (1987), esse modelo se transformou em uma forma de “intervenção caótica”, ou seja, respostas a demandas fragmentadas, ainda que conflitantes entre si, seja em relação aos meios disponíveis, seja em relação aos objetivos iniciais.

O período que se estende de 1990 a 2003 foi de forte reorientação das políticas agrícolas, dada a incapacidade fiscal e operacional do Estado de sustentar as antigas políticas. Isso resultou em redução da participação das fontes públicas, e reguladas, de financiamento do cré-

dito rural, o que criou um ambiente mais liberalizante. A relativa retirada de apoio do Estado à agricultura foi por causa da falta de recursos, mas transitória, pois a partir de 2003 a participação estatal voltou a crescer, beneficiada pelo “boom” de commodities do período.

Os autores do citado artigo (SANTANA et al., 2014) consideram que a fase atual, 2004–2014, ainda é de transição da velha para a nova política, pois o governo mantém um papel central no financiamento – atrasos rotineiros nas liberações de crédito e distorções na alocação entre os beneficiários são problemas que persistem. Destacam também que dois problemas permanecem desde a década de 1980: os recursos são insuficientes para atender à demanda e o custo elevado de financiamento para o Tesouro (SANTANA et al., 2014). Mesmo que o setor privado esteja financiando parcialmente algumas cadeias produtivas, com compra de insumos e venda do produto antecipado, o resultado é que o setor como um todo tem sido subfinanciado.

No capítulo imediato, Buainain et al. (2014c) discutem a existência de uma ênfase preferencial da política agrícola no financiamento da produção. Os principais instrumentos usados são o crédito rural, o seguro e a inserção dos pequenos produtores no mercado. Com relação ao crédito rural, dadas as especificidades do setor, admite-se que ele é indispensável à agropecuária. Mas persistem diversos desafios – defesa sanitária vegetal e animal, comércio exterior, infraestrutura e logística e a regulação de várias áreas – que não têm recebido a atenção necessária. Para incentivar o uso do segundo instrumento, o seguro rural, o governo criou o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em 2003, iniciativa de grande importância porque pode aproximar empresas seguradoras e uma atividade de alto risco, como a agricultura. Uma subvenção ao produtor foi instituída, e o prêmio diminuído.

O terceiro foco prioritário tem sido a inserção da pequena agricultura nos mercados, ancorada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo, para possibilitar a inclusão dos pequenos produtores

na econômica, é garantir que elas tenham acesso a novas tecnologias, ao crédito e à extensão rural. Na conclusão desse artigo, são apontados os pontos positivos dos instrumentos usados, mas há uma ressalva de que há pulverização de recursos em múltiplas ações e que existem lacunas em áreas importantes, como a da defesa sanitária.

Por fim, o último capítulo a ser destacado é o de Gasques e Bastos (2014), que analisa dados das despesas do governo executadas nas duas funções: “agricultura”, que reúne as despesas realizadas pela União nos programas e ações típicas da agropecuária – como gastos com política de comercialização, crédito rural, pesquisa agropecuária, defesa sanitária e defesa vegetal – e “organização agrária”, na qual estão incluídos os gastos relacionados às despesas fundiárias, como reforma agrária e assentamentos.

Entre os principais resultados dessa análise, está a verificação de que houve redução, em termos reais, de R\$ 100 bilhões entre os decênios 1990–1999 e 2000–2009, corte de recursos que incidiu exclusivamente sobre a função agricultura. As mudanças que causaram essa redução foram estas: corte nos subsídios agrícolas, criação de novas fontes de crédito e criação de novos meios de comercialização. Os gastos públicos em agricultura e organização agrária foram equivalentes, no último ano analisado (2009), a 1,43% do gasto total da União.

Por fim, os autores destacaram o Pronaf como o programa prioritário do governo: incluindo as duas funções citadas, o programa respondeu por 19,4% do total das despesas executadas em 2013. Já os gastos com defesa agropecuária, que reúne ações de vigilância sanitária animal e vegetal e as ações de fiscalização do Mapa, foram equivalentes a 1,4% dos gastos da função agricultura em 2013. Ou seja, ações essenciais não têm recebido recursos correspondentes à sua importância. Aqui, existe um tema para uma futura agenda de pesquisa, pois a ação governamental tem sido marcada por algum grau de populismo, como é o caso dos “programas sociais” antes citados – populistas porque não apontam uma porta de saída –, o que reduz o peso de uma política

agrícola centrada na produção e competitividade, sobretudo em termos internacionais. Os capítulos apontam mudanças na atuação do governo, e o último deles apresenta dados que mostram que de fato teria ocorrido uma diminuição de recursos para o setor. Todos, portanto, de alguma forma corroboram a quinta tese.

Sob o novo padrão, que Ater seria a mais adequada?

Na história do desenvolvimento agrícola, o acesso às tecnologias por meio da assistência técnica e extensão rural (Ater) vem determinando importantes mudanças econômicas na atividade. E no período recente essa possibilidade se tornou ainda mais urgente por causa da formação e das características do “novo padrão agrícola”. No livro, diversos autores sugerem que os processos de acirramento concorrencial se tornaram mais agudos nesse período, pois requerem montantes de capital maiores e são condicionados por crescente complexidade na integração às cadeias produtivas, sobretudo nas regiões onde tais cadeias são mais rígidas. Souza Filho (2014), por exemplo, é categórico quando afirma que a agregação de valor produzida raramente será distribuída de forma justa, sugerindo que a parte mais vulnerável são os produtores de menor porte econômico.

Embora com argumentos distintos, a maioria dos artigos aponta que as restrições de acesso à tecnologia e à informação podem ser fatais a um conjunto cada vez mais significativo de pequenos produtores. Por isso, o tema da assistência técnica e da extensão rural tem surgido com destaque nos anos recentes. Alves e Souza (2014) mostram a gigantesca concentração do valor da produção agropecuária, mas argumentam que o tema central não é ser contra os investimentos públicos na agricultura, expressivos também nos países avançados, mas sem impedir as migrações e o esvaziamento do campo. A pergunta seria outra: há condições objetivas para contrapor-se aos fatores que estimulam o abandono do campo? Por isso, insistem que

[...] melhorar a produção de cada estabelecimento tem que ser o foco de qualquer programa que busque uma solução agrícola para o problema do êxodo (ALVES; SOUZA, 2014, p. 280).

A Parte 6 do livro retoma a tese sobre o período inicial de modernização da agricultura, incisivamente induzida pelo Estado, combinando crédito rural, pesquisa agrícola e assistência pública estatal. Nessa fase, diversos agentes privados surgiram e passaram a se dedicar à produção de pesquisa, à difusão de inovações e à crescente disputa pela riqueza. Mas foi também sugerido que o Estado vem “saindo à francesa”, reduzindo o total dos gastos públicos na agricultura. Abriu-se então a fase atual, na qual os agentes privados passaram a ser os principais atores do crescimento, inclusive prestando serviços de assistência técnica. Dois capítulos merecem destaque sobre o assunto: *Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo*, de Marcus Peixoto, e *Desafios da Agência de Extensão Rural*, de Eliseu Alves e Geraldo da Silva e Souza. Estes últimos, inclusive, argumentam que uma parte significativa dos produtores “não tem chance” de persistir na atividade enquanto agricultores e não apenas como “moradores das regiões rurais”. Em vista do “novo padrão”, Peixoto argumenta que as ações do Estado devem ser complementadas por outras que promovam o financiamento público da contratação direta de serviços privados de assistência técnica, o que universalizaria tais serviços (PEIXOTO, 2014, p. 894).

Os esforços de reforma do setor público e o envolvimento crescente do setor privado e do terceiro setor trouxeram diversos desafios, e os autores discutem muitos deles. Primeiramente, a assintonia crescente entre os profissionais de Ater, pois os agentes do setor público comumente são generalistas, enquanto os profissionais vinculados às firmas privadas comandam com frequência uma informação especializada de aplicabilidade imediata, centrada no sucesso na comercialização, distinção que valoriza mais estes últimos profissionais. Um segundo tema diz respeito à necessidade de instituir formas variadas de serviços de Ater e de extensão rural,

conformando um “mercado de serviços de extensão”, condicionado pelo ambiente institucional, pelas políticas para a inovação e pela qualidade dos serviços – o objetivo já não é um serviço unificado do setor público, mas uma rede multi-institucional de sustentação do conhecimento e da informação para as populações rurais.

Um terceiro tema sugere que os formuladores de políticas públicas devem considerar o sistema de extensão rural completo ao alocar fundos ou procurar arranjos de financiamento alternativos para o setor público. Tal estratégia exige formas novas de financiamento ou cofinanciamento de serviços e, principalmente, requer mecanismos que aumentem a qualidade dos serviços proporcionados, pois

[...] a realidade tem demonstrado que o tabu da Ater paga sentença o pequeno produtor à espera de um serviço público de Ater que nunca chega para todos e compromete as contas do Estado com um financiamento que ele não tem condições de assumir (PEIXOTO, 2014, p. 904).

Por fim, a discussão trazida à tona pelo livro e sua tese sobre o “novo padrão agrário e agrícola” introduz um tema que é socialmente delicado, mas precisa ser confrontado, tanto técnica quanto socialmente. Relaciona-se às chances objetivas de uma imensa parcela de famílias rurais ser mantida como agricultores na atividade. Parece ser consenso que a solução agrícola do problema de pobreza passa, necessariamente, pelo aumento do valor da produção por estabelecimento, e esse aumento depende muito da tecnologia e, portanto, de sua difusão para aqueles à margem da modernização.

A urbanização, as exportações e a escassez de trabalho mudaram a organização da produção para uma gestão do estabelecimento rural que não é mais centrada em terra e trabalho, mas que almeja a elevação contínua da produtividade. As áreas não especializadas abrigam muitos produtores, mas o nível de produção é pequeno quando comparado com o das áreas especializadas. Assim, Alves e Souza (2014) advertem que a solução do problema de pobreza rural não

se resolverá somente com a ampliação da Ater – é preciso aumentar o valor de sua produção e, para isso, nem mesmo o foco centrado com exclusividade no interior do estabelecimento será capaz de assegurar a permanência dos pequenos produtores rurais, pois existem diversas assimetrias, sob o que intitulam de “entorno dos estabelecimentos”, que também requerem, com urgência, um novo foco dos serviços de Ater. Em síntese, os artigos que discutem o tema também sugerem uma nova pauta de pesquisa, pois o acesso à tecnologia requer dos seus formuladores e estudiosos uma visão radicalmente diferente do passado, uma que substitua o antigo foco da adoção de técnicas para o foco das inovações e, também, a passagem da hoje obsoleta visão agrarista para uma perspectiva que aceite como determinante principal o imperativo econômico-financeiro.

Um tema esquecido: as tendências demográficas em curso

No Brasil, depois de duas décadas de elevadas taxas de crescimento populacional, de 1950 a 1970, o período posterior vem apresentando desaceleração acentuada do ritmo e expressiva alteração da estrutura etária da população, refletindo novas tendências demográficas. Dados do IBGE mostram que dos 52 milhões de pessoas em 1950, 64% moravam no meio rural, enquanto dos quase 191 milhões em 2010 somente 16% ainda moravam nas regiões definidas como rurais (ALVES; CAVENAGHI, 2012). A relação entre a oferta de serviços de educação, saúde e tecnologia e os processos de mobilidade e inclusão que esses fatores implicam interfere nas alterações demográficas em curso, pois determina principalmente as escolhas de domicílio, composição familiar e o acesso ao mundo do trabalho, produzindo assim novos padrões para a fecundidade e, em decorrência, para o envelhecimento da população.

Embora muitos argumentos, distribuídos nas oito seções do livro, abordaram as origens, as razões estruturais e as consequências do pro-

cesso de transição demográfica no Brasil, é no Capítulo 2 da Parte 8, *Esvaziamento demográfico rural* (MAIA, 2014), que são apresentadas, a partir dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, as principais características e dinâmicas da população rural – mobilidade seletiva, a nova configuração das famílias e as especificidades regionais. Considerando os estudos da literatura e reconhecendo os limites e a complexidade na demarcação do que é “espaço rural”, o autor aponta para a importância de fatores endógenos à estrutura familiar, como a taxa de fecundidade e a fragmentação das famílias, e fatores exógenos, como os ganhos de produtividade da agricultura brasileira e a forte desigualdade entre as regiões, como as causas do acentuado processo de transição demográfica das últimas décadas. Dados do IBGE informam que dos 7,3 milhões de jovens de 10 a 19 anos que residiam em domicílios rurais em 2000 apenas 4,7 milhões permaneciam no campo em 2010. Esses dados revelam uma ruptura intensa, capaz de desestruturar a reprodução social das famílias rurais.

Enquanto isso, a permanência de adultos de 40 anos ou mais na área rural cresceu de 7,9 milhões para 9,4 milhões no mesmo período, o que representa um processo de envelhecimento da população rural – e de masculinização. Os procedimentos de transmissão do patrimônio familiar, especialmente a terra, usualmente excluem a mulher da condição de herdeira potencial. Além disso, a migração das mulheres para os centros urbanos é reforçada por dois fatores: primeiro, pela deficiência de oferta de infraestrutura e de serviços sociais nos espaços rurais, o que reduz as oportunidades de ocupação remunerada às mulheres, principalmente pelo enraizado preconceito que atribui somente à mulher a responsabilidade pelas atividades domésticas e o cuidado dos filhos. O segundo fator decorre do nível mais alto de escolaridade que as mulheres alcançam, o que possibilita a elas exercerem atividades terciárias nas áreas urbanas. Já os homens jovens, por causa das atividades de sua unidade produtiva, muitas vezes são forçados a abandonar os estudos (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Um fato, no entanto, surpreende na análise: apesar da redução da populacional do campo, houve uma dinâmica oposta em relação ao número de domicílios, que cresceu. Para o autor, esse dado apurado é o resultado das profundas mudanças já descritas na estrutura das famílias rurais, que passaram a ser menores e com membros mais velhos, além de ter caído o número de famílias constituídas por casais com filhos – essas já seriam 12% de acordo com o Censo Demográfico de 2010.

Outro aspecto se refere às desigualdades regionais, cujos mapas de visualização do artigo referido (MAIA, 2014) permitem um primeiro exercício de caracterização do padrão e da dinâmica da concentração territorial. Das várias informações extraídas, a primeira diz respeito à diminuição da participação da população rural em todas as unidades da Federação, principalmente onde a população rural era mais representativa. Houve, portanto, uma relativa homogeneização da participação da população rural no território nacional. Outra evidência permitiu concluir que se desenvolve um novo padrão de concentração urbana, que avança do Sul ao Centro-Oeste, pois nesta última região a participação da população rural não ultrapassa 20%, enquanto participações superiores a 30% se mantêm apenas no Norte e Nordeste – especialmente no Pará, Maranhão e Piauí. Em termos absolutos, é possível afirmar que houve um incremento da desigualdade na distribuição territorial da população rural, agora concentrada principalmente nos estados menos desenvolvidos do Norte e Nordeste. Ao mesmo tempo, foi no Sul do País que ocorreu a queda mais acentuada da população rural.

O autor conclui questionando sobre o aspecto mais urgente das estatísticas censitárias – a própria definição de espaço rural. Ressalte-se, porém, que apesar das limitações do conceito, os resultados sustentam importantes mudanças da dinâmica demográfica dos grupos residentes em domicílios denominados rurais e urbanos, dadas as importantes alterações ocorridas no interior das famílias brasileiras. Por isso, todos os

indicadores analisados conduzem para a constância do esvaziamento rural.

Conclusões

Este artigo pretendeu analisar a estrutura central argumentativa do livro *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*, lançado em meados de 2014. Como a obra é um empreendimento científico de vasto fôlego analítico, não existe aqui espaço hábil para um exame minucioso de todos os aspectos, teóricos e empíricos, que surgem da leitura dos quase quarenta artigos que formam a coletânea. Por essa razão, este artigo apenas sugere algumas propostas de interpretação oferecidas pelos diversos autores, além de comentar criticamente sobre uma pequena parte daqueles argumentos.

A principal conclusão é que o livro representa, de fato, uma ampla “agenda de pesquisa” para os anos vindouros que permitirá à comunidade de cientistas sociais interessados no “rural”, em todos os seus contornos disciplinares, explorar mais profundamente – em pesquisas sobretudo empíricas – os inúmeros ângulos analíticos do conjunto de artigos que a obra oferece aos seus leitores. Espera-se, portanto, que a leitura proposta neste artigo contribua, ainda que modestamente, para iluminar uma pequena parte dos possíveis temas que formarão a agenda de trabalho da comunidade de pesquisadores, iniciando-se por estudos aprofundados do ponto de partida que marcou, primeiramente, o artigo das chamadas “sete teses” e, posteriormente, o livro: a sugestão de estar sendo aberto um novo capítulo na história rural brasileira nesses anos mais recentes.

Referências

ALVES, E.; SOUZA, G. S. Desafios da Agência de Extensão Rural. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 925-941.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. **Tendências demográficas e de família**. 2012. Disponível em:

<www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso em: 1 out. 2015.

BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. de B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 241-265.

BARROS, G. S. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 79-116.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014a.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./maio./jun. 2013.

BUAINAIN, A. M.; PEDROSO, M. T. M.; VIEIRA JUNIOR, P. A.; SILVEIRA, R. L. F. da.; NAVARRO, Z. Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias? In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014b. p. 175-208.

BUAINAIN, A. M.; SANTANA, C. A. M.; SILVA, F. P.; GARCIA, J. R.; LOYOLA, P. O tripé da política agrícola brasileira: crédito rural, seguro e Pronaf. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014c. p. 793-794.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (IPEA. Texto para discussão, 621).

CONTINI, E. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 147-173.

GALVÃO, A. A nova etapa do desenvolvimento agrário e o papel dos agentes privados na inovação agropecuária. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 453-478.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 559-589.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T. Gastos públicos e o desenvolvimento da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 867-890.

HOMMA, A. K. O.; MENEZES, A. J. E. A. de; MORAES, A. J. G. de. Dinâmica econômica, tecnologia e pequena produção: o caso da Amazônia. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 979-1010.

LE GOFF, J. **A História deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1081-1098.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 591-619.

MARTINS, J. M. A modernidade do 'passado' no meio rural. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 17-30.

NAVARRO, Z. O mundo rural no Brasil do século 21. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 429-441, maio/ago. 2014.

NAVARRO, Z.; BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da. O mundo rural brasileiro: interpretá-lo (corretamente) é preciso. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 35-76.

OLIVEIRA, A. L. R. A logística do agronegócio: para além do 'apagão logístico'. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 337-372.

PEDROSO, M. T. Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: o desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 761-792.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 891-924.

SAES, M. S. M.; SILVEIRA, R. L. F. Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes". In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 295-316.

SALLES-FILHO, S.; BIN, A. Reflexões sobre os rumos da pesquisa agrícola. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 423-452.

SANTANA, C. A. M.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, F. P.; GARCIA, J. R.; LOYOLA, P. Política agrícola: avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 795-826.

SILVA, A. G.; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 945-977.

SILVEIRA, J. M. Agricultura brasileira: o papel da inovação tecnológica. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 373-394.

SOUZA FILHO, H. M. Geração e distribuição de excedente em cadeias agroindustriais: implicações para a política agrícola. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 317-335.

VIEIRA FILHO, J. E. V. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 395-421.

ZWAN, N. van der. Making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 99-129, 2014. DOI: 10.1093/ser/mwt020.

ZYLBERSZTAJN, D. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 559-589.